



(-) Precatórios (Sentenças Judiciais), no período de apuração	- 0 -
(-) Inativos com recursos vinculados	- 0 -
(-) Indenizações por Demissão	- 0 -
Outras Despesas de Pessoal	- 0 -
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (DLP)	1.303.248.789,05
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	1.303.248.789,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	140.523.540.000,00
LIMITE LEGAL (1)	8.431.412.400,00
LIMITE PRUDENCIAL (2)	8.009.841.780,00

DESPESA DE PESSOAL	
ATÉ O QUADRIMESTRE	
(DE JAN/2000, ATÉ AGO/2000)	
PODER JUDICIÁRIO	
CJF/JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS	
DESPESA DE PESSOAL	
PESSOAL ATIVO *	749.301.861,37
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	143.894.356,80
(-) Precatórios (Sentenças Judiciais), no período de apuração	- 0 -
(-) Inativos com recursos vinculados	- 0 -
(-) Indenizações por Demissão	- 0 -
Outras Despesas de Pessoal	- 0 -
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (DLP)	893.196.218,17
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	893.196.218,17
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	96.390.778.000,00
LIMITE LEGAL (1)	5.783.446.680,00
LIMITE PRUDENCIAL (2)	5.494.274.346,00

DESPESA DE PESSOAL	
% DA DESPESA S/ RCL	
(DE JAN/2000, ATÉ AGO/2000)	
PODER JUDICIÁRIO	
CJF/JUSTIÇA FEDERAL DE 1º e 2º GRAUS	
DESPESA DE PESSOAL	
PESSOAL ATIVO *	0,78%
PESSOAL INATIVO E PENSIONISTAS	0,15%
(-) Precatórios (Sentenças Judiciais), no período de apuração	
(-) Inativos com recursos vinculados	
(-) Indenizações por Demissão	
Outras Despesas de Pessoal	
DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL (DLP)	0,93%
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	0,93%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	
LIMITE LEGAL (1)	
LIMITE PRUDENCIAL (2)	

FONTE: Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI Gerencial
(1) e (2) - Limites definidos, respectivamente no Inciso I do Art. 20 e no Parágrafo único do Art. 22, da LEI Complementar n.º 101/2000.
Nota: (*) Incluídos os valores relativos a Antecipação da Gratificação Natalina e Férias pagas em Dez/99, de competência de Jan/2000.

Brasília, 28 de setembro de 2000

Min. PAULO COSTA LEITE
Presidente do Conselho da Justiça Federal

Min. NILSON NAVES
Vice-Presidente do Conselho da Justiça Federal

Min. HÉLIO MOSIMANN
Coordenador-Geral da Justiça Federal

Min. PEÇANHA MARTINS
Membro Efetivo

Min. GOMES DE BARROS
Membro Efetivo

Juiz TOURINHO NETO
Membro Efetivo

Juiz ALBERTO NOGUEIRA
Membro Efetivo

Juiz JOSÉ KALLÁS
Membro Efetivo

Juiz FÁBIO BITTENCOURT DA ROSA
Membro Efetivo

Juiz JOSÉ MARIA LUCENA
Membro Efetivo

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA
Secretário-Geral

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária de Orçamento e Finanças

(Of. El. nº 125/2000)

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 615, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Determinar a publicação do anexo relatório de Gestão Fiscal referente ao quadrimestre de maio a agosto de 2000, nos termos do art. 55, § 2º da Lei Complementar nº 101/2000.

Min. ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 1999 a AGOSTO DE 2000

LRP, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII Em R\$ mil Em R\$ mil Em %

DESPESA DE PESSOAL	Despesa Líquida		
	Últimos 12 meses (A)	Até o quadrimestre (B)	% da despesa (A) sobre a RCL
Pessoal Ativo	178.969	121.839	0,1274
Pessoal Inativo e Pensionistas	60.247	39.517	0,0429
(-) Precatórios (Sentenças Judiciais), referente ao período de apuração			
(-) Inativos com recursos vinculados			
(-) Indenizações por Demissão			
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º LRF)			
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	239.215	161.356	0,1703
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	140.523.540	96.390.778	
LIMITE PRUDENCIAL (1) - (0,1874%)	263.341	180.636	
LIMITE LEGAL (2) - (0,1972%)	277.112	190.083	

FONTE:

(1) - Limite definido no § único do art. 22, da LRF.

(2) - Limite definido na alínea b, inciso I do art. 20 da LRF.

Medidas corretivas adotadas ou a adotar pelo órgão se ultrapassados quaisquer dos limites (dispositivo relacionado: artigos 55, II e 70 da LRF):

Este Órgão encontra-se abaixo dos limites estabelecidos na Lei Complementar 101/2000.

NOTAS EXPLICATIVAS

Para efeito de cálculo da despesa total com pessoal, não foram excluídos os valores pagos a título de exercícios anteriores.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

ELIANA DE SOUSA ARAÚJO
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças
Substituta

CLÁUDIA BRUNO CASTELLO BRANCO
Diretora da Secretaria de Controle Interno

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO
Diretor-Geral de Coordenação Administrativa
Substituto

ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

(Of. El. nº 661/2000)

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

Secretaria de Planejamento e Controle

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Período de Referência: SET/99 a AGO/2000
1 - LRF, art. 55, inciso I, alínea "a".

Despesa de Pessoal	Despesa Líquida		
	Últimos 12 Meses	Até o Quadrimestre	% da Despesa s/RCL anualizada
PODER JUDICIÁRIO			
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO	89.969.476,24	58.798.432,21	0,0640%
DESPESA DE PESSOAL	89.969.476,24	58.798.432,21	0,0640%
Pessoal Ativo	36.901.068,42	24.884.500,87	0,0263%
Pessoal Inativo e Pensionistas	53.068.407,82	33.913.931,34	0,0378%
(-) Precatórios (*)	0,00	0,00	0,0000%
(-) Inativos com recursos vinculados	53.068.407,82	0,00	0,0378%
Fonte 0153	7.171.573,00		
Fonte 0156	45.896.834,82		
(-) Indenização por Demissão	0,00	0,00	0,0000%
Outras Despesas de Pessoal (art. 18, § único)	0,00	0,00	0,0000%



DESPESA LÍQUIDA DE PESSOAL	36.901.068,42	58.798.432,21	0,0263%
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	36.901.068,42	58.798.432,21	0,0263%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	140.523.540.000,00	96.370.778.000,00	100,0000%
LIMITE PRUDENCIAL (1)	129.679.338,42	88.933.845,06	0,0923%
LIMITE LEGAL (2)	136.504.566,76	93.614.573,75	0,0971%

Observações:

- (1) Limite Prudencial = (95 % do Limite Legal)
(2) Limite Legal = (6 % da RCL) * (1,619 %)
1,619 % = índice de participação da JM na parcela do Judiciário Federal
2 - LRF, art. 55, inciso II.
Nada a informar, considerando que as despesas em causa não ultrapassaram os limites estabelecidos.
3 - LRF, art. 54, inciso III e parágrafo único (assinaturas) .

Brasília-DF, 26 de setembro de 2000

Ten.-Brig.-do-Ar SÉRGIO XAVIER FEROLLA
Ministro-Presidente

JOSÉ LUIZ REALI
Diretor-Geral

AFONSO IVAN MACHADO
Secretário de Planejamento e Controle

ANA MARIA SILVESTRE
Assessora de Controle Interno

(Of. El. nº 1/2000)

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

7ª Região

ATO Nº 89, DE 27 DE SETEMBRO DE 2000

A Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, no exercício da Presidência, no uso de suas atribuições legais, resolve:
regulamentar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal conforme a Lei nº101, de 04 de maio de 2000, para divulgação e conhecimento público.

Juíza LAÍS MARIA ROSSAS FREIRE

ANEXO

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA DE PESSOAL EM RELAÇÃO À RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
PERÍODO DE REFERÊNCIA: SETEMBRO DE 1999 a AGOSTO DE 2000**

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" Anexo XII R\$ Milhares

DESPESA DE PESSOAL	Despesa Liquidada		
	Últimos 12 meses (A)	Até o quadrimestre (B)	% da despesa (A) sobre a RCL
Pessoal Ativo	58.950	35.215	0,0419
Pessoal Inativo e Pensionistas	29.496	18.910	0,0209
(-) Precatórios (Sentenças Judiciais), referentes ao período de apuração	21.676	11.421	0,0154
(-) Inativos com recursos vinculados	-	-	-
(-) Indenizações por Demissão	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal (art. 18, Parágrafo Primeiro - LRF)	106	106	0,00007
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	66.876	42.810	0,0476
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	140.523.540	96.390.778	-
LIMITE PRUDENCIAL 0,0793%	111.435	-	-
LIMITE LEGAL 0,0835%	117.337	-	-

Fortaleza, 27 de setembro de 2000

Juíza LAÍS MARIA ROSSAS FREIRE
Presidente
Em exercício

NEIARA SÃO THIAGO CYSNE FROTA
Diretora da Secretaria de Orçamento e Finanças

ANA WLÁDIA CÉSAR BARREIRA SALES
Controle Interno

(Ofs. Els. nº 43 e 44/2000)

8ª Região

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

SETEMBRO DE 1999 - AGOSTO DE 2000
Período de Referência

I - Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida (Artigo 55, I, "a", Lei Complementar nº 101/2000 / Anexo XII, Portaria STN nº 469/2000)

DESPESA DE PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA		DESPESA DE PESSOAL / RCL % (A) / (B)
	ÚLTIMOS DOZE MESES em milhares R\$	ATÉ O QUADRIMESTRE em milhares R\$	
Pessoal Ativo	70.909	46.422	
Pessoal Inativo e Pensionistas	35.131	23.866	
(-) precatórios (sentenças judiciais) referente ao período anterior da apuração	-	-	
(-) inativos com recursos vinculados	-	-	
(-) indenizações por demissão	-	-	
Outras Despesas de Pessoal (art.18, § 1º, LC nº 101/2000)	-	-	
DESPESA LÍQUIDA TOTAL (A)	106.040	70.288	0,0754
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (B)	140.523.540	96.390.778	
LIMITE PRUDENCIAL (1)	0,1039 %		
LIMITE LEGAL (2)	0,1093 %		

FONTE:

- (1) limite definido pelo art.22, Parágrafo Único, LC nº 101/2000
(2) limite definido pelo art.20, I, "b", LC nº 101/2000

NOTA EXPLICATIVA:

1) não incluída em "outras despesas de pessoal" o somatório de R\$-230.689,55 (duzentos e trinta mil, seiscentos e oitenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), referente ao contrato de prestação de serviços de vigilância armada (Concorrência nº 001/98, Processo TRT nº 1302 / 98), mantido com NORSEBERGEL - Vigilância e Transportes de Valores Ltda. (Contrato TRT nº 015 / 99, de 19/04/99) e BERTILLON Serviços Especializados Ltda. (Contrato TRT nº 014 / 99, de 6/4/99), por não se enquadrar a natureza da despesa na hipótese do art. 18, § 1º, da LC nº 101/2000.
II - Medidas Corretivas adotadas ou a adotar para adequação ao Limite Legal (Artigos 55, II, e 70, caput, Lei Complementar nº 101/2000)
OBSERVAÇÃO: não são necessárias medidas de adequação aos limites legais definidos pela LC nº 101 / 2000, cujos percentuais não foram ultrapassados no período em referência, conforme demonstrado no item I.

Belém, 27 de setembro de 2000

Juíza LYGIA SIMÃO LUIZ OLIVEIRA
Presidente
Em exercício

SÔNIA Mª GONÇALVES DE SÁ SEIXAS
Diretora-Geral da Secretaria em Substituição e Ordenadora da Despesa

VALDENOR MONTEIRO DE BRITO
Diretor do Serviço de Execução Financeira e Orçamentária e Controle Interno

ROMOALDO NILO DE BARROS
Diretor do Serviço de Contabilidade

(Of. El. nº 2/2000)

20ª Região

PORTARIA Nº 268, DE 28 DE SETEMBRO DE 2000

O Juiz Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região, no uso de suas atribuições legais, resolve:
Determinar a publicação, no Diário Oficial da União, do Relatório de Gestão Fiscal, de que trata o artigo 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na forma do anexo único.

ELISEU PEREIRA DO NASCIMENTO

ANEXO ÚNICO

Demonstrativo da Despesa de Pessoal em Relação à Receita Corrente Líquida
Período de Referência: Setembro de 1999 a Agosto de 2000

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo XII

R\$ Milhares

DESPESA DE PESSOAL	Despesa Liquidada		
	Últimos 12 meses (A)	Até o quadrimestre (B)	% da despesa (A) sobre a RCL
Pessoal Ativo	28.495	18.256	0,02027
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.496	1.701	0,00177
(-) Precatórios (Sent. Judic.), ref. período apuração	-	-	-
(-) Inativos com recursos vinculados	-	-	-
(-) Indenizações por Demissão	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal (artigo 18, § 1º - LRF)	-	-	-
DESPESA LÍQUIDA TOTAL	30.991	19.957	0,02205
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	140.523.540	-	-
LIMITE PRUDENCIAL (1) - 0,0277% da RCL	38.925	-	-
LIMITE LEGAL (2) - 0,0291% da RCL	40.892	-	-

FONTE: SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

- (1) - Limite definido no parágrafo único do art. 22, da LRF.
(2) - Limite definido na alínea b, inciso I do art. 20 da LRF.
Medidas corretivas adotadas ou a adotar pelo órgão se ultrapassados quaisquer dos limites (dispositivo relacionado: artigos 55, II e 70 da LRF).
Considerando que não foram ultrapassados quaisquer dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (DOU 05/05/2000). Artigos 20, § 1º e 22 parágrafo único, não houve a necessidade de se adotar quaisquer das medidas corretivas definidas nos art. 22, 23 e 70 da Lei de Responsabilidade Fiscal.
Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, parágrafo único da LRF):

Aracaju-SE, 28 de setembro de 2000

ANTÔNIO ISAAC DE ASSIS
Ordenador de Despesa

NEZILDO DE JESUS SANTOS
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

LÍGIA MARIA MONTEIRO DE FIGUEIREDO
Diretora do Serviço de Controle Interno

Juíz ELISEU PEREIRA DO NASCIMENTO
Presidente
Em exercício

(Of. El. nº 124/2000)